

A ESCOLA NO PERÍODO DOS EXAMES DE ADMISSÃO AO GINÁSIO: MEMÓRIAS DO SECUNDÁRIO

Elaine Prochnow Pires
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
E-mail: elaineprocnowpires@gmail.com

RESUMO: O presente artigo discorre sobre memórias de estudantes que prestaram os Exames de admissão ao ginásio nos anos 1960 e 1970 no Alto Vale do Itajaí-Açu – SC. Objetiva-se compreender o percurso escolar dessas estudantes no Ensino Secundário, entremeada com a história do período, bem como as reverberações da lei que obriga a aplicação dos exames que elas foram submetidas. A análise das narrativas foi feita a partir dos elementos de sentido destacados nas entrevistas sobre o período do secundário dos sujeitos da pesquisa. Observou-se, a partir desse estudo, dois componentes de análise: a frequência dos elementos de sentido e a forma como isso reverberou nas narrativas orais e escrita dos sujeitos da pesquisa. São oito mulheres, todas professoras aposentadas, moradoras das cidades de Rio do Sul, Pouso Redondo e Agrolândia. Este estudo evidencia parte da história da educação no Brasil por meio de memórias de estudantes que vivenciaram esse período, destacando o cotidiano das escolas e da vida dessas pessoas, intencionando contribuir para as pesquisas acerca dos Exames de Admissão ao Ginásio.

Palavras-Chave: Exame de Admissão ao Ginásio. Memórias. História do Tempo Presente.

A escola no período dos exames de admissão ao ginásio:
memórias do secundário

Ah, no exame de admissão, meu Deus do céu! Tinha inspetora,
que ficava, assim, ao redor. (BIANCHETTI, 2016)

A gente tinha uma vontade louca de passar. Sabia que tinha que
passar, porque se não passasse ficava naquele quinto ano mais
uma vez. (BINI, 2016)

As narrativas da epígrafe pincelam alguns medos e desejos. A inspetora que não saía de perto, a vontade louca de ser aprovada no exame de admissão são nuances da memória de pessoas que vivenciaram seu percurso escolar no período em que a legislação educacional reformada em 1931 ainda era vigente. Nesse sentido, a reflexão empreendida neste artigo é sobre as memórias de estudantes que vivenciaram esse período histórico no Brasil. Essas memórias são analisadas através dos elementos de sentido e características

da legislação destacados nas narrativas, bem como os entrelaçamentos engendrados na historiografia.

A obrigatoriedade legal da aplicação dos Exames de Admissão ao Ginásio ocorreu de 1931 a 1971. Assim, a discussão deste artigo traz a reflexão momentos políticos importantes para o Brasil. Portanto, ao pensar esse período num contexto histórico político, observo momentos de transformação na legislação da educação, bem como nos rumos pensados para o país. Assim, reflito aqui algumas dessas mudanças, especialmente no que tange o sistema educacional brasileiro.

A ascensão do governo de Getúlio Vargas ao poder, além de inúmeras propostas político econômicas, trouxe transformações ao modelo de educação desejado pela elite brasileira. “A escola, [...] foi eleita como um dos agentes para legitimar e inculcar um conjunto de ideias e representações que coadunavam com os interesses desses portavozes” (OTTO, p. 55-56, 2014), ou seja, dessa elite intelectual brasileira que desejava homogeneizar a identidade nacional.

Para legitimar essa proposta, Getúlio Vargas criou o ministério da Educação e Saúde Pública. Francisco Campos, seu ministro, instituiu em 1931, a Reforma Francisco Campos, que estabeleceu a modernização do ensino secundário brasileiro. Ela conferiu, ao ensino secundário, várias estratégias escolares, como a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos estudantes, a imposição de um sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal (DALLABRIDA, 2009). Além disso, estabeleceu uma prova para acesso ao ensino secundário

Mais tarde, em 1942, já com Gustavo Capanema na pasta da Saúde e Educação, uma nova reforma no ensino é proposta e executada. Nomeada de Reforma Capanema, essa remodelação legislativa pregava os ideários nacionalistas de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, radicado sob a ditadura conhecida como “Estado Novo”. Foram oito anos de mandato de Gustavo Capanema. Ele defendia a descentralização de atribuições dos governos, conferindo a oferta da educação pública a estados e municípios e deixando a União com função apenas supletiva e regulatória.

A principal preocupação de Gustavo Capanema foi a influência do governo na educação, atribuindo à moral e cívica, função de formação do caráter do patriota brasileiro. Dessa forma, o governo cumpre com seus objetivos traçados para o “Estado

Novo”, valorização da figura do brasileiro e a criação de uma identidade nacional. Como estratégia de divulgação do seu projeto de nação, o ministério da educação cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Instituto Nacional de Serviços Pedagógicos (INEP) e o Serviço Nacional de Rádio fusão Educativa.

Como principal alvo da Reforma Capanema, a educação secundária sofreu marcas que ecoam até os dias de hoje. A educação deveria desenvolver a evolução de habilidades conforme sua utilidade nas categorias sociais. Existiu a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina e outra ainda destinada aos trabalhadores urbanos. Cada qual com sua especificidade, atendendo os anseios da nação.

Nessa reflexão, parto de acontecimentos como a recente reforma do ensino médio¹ para compreender os ecos de que fiz menção no parágrafo anterior. A educação técnica profissionalizante para uns e o ensino científico para outros. Uma espécie de fator determinante para os que serão os chefes da nação e aqueles que desempenharão a função de mão-de-obra dessa grande máquina econômica chamada Brasil.

Terminado o governo de Getúlio Vargas em 1945, os anos de 1950 e seguintes são marcados ainda pela industrialização do Brasil, sem grandes mudanças no cenário educacional do país. Santa Catarina passou pelas mesmas transformações, com a característica da imigração que carrega em seu perfil cultural. Especialmente alemães e italianos povoam o Estado. Como a proposta para a educação era, principalmente a exaltação à pátria, os imigrantes sofrem uma perseguição por falarem seu idioma de origem. Estudantes em várias escolas são castigados por não saberem a língua portuguesa ou mesmo pela dificuldade em falá-la.

A partir de 1964 o Brasil sofre o golpe militar, passando a ser governado por agentes do exército brasileiro. As propostas executadas continuam com a proposição de exaltar a pátria, de trabalhar pela nação, de respeitar incontestavelmente as autoridades. Essa prática interferiu diretamente na vida das pessoas em todas as idades e diversas classes sociais tanto na “força laboral ativa e no mercado de mão de obra de reserva ou força de trabalho potencial” (SAVIANI, 2008, p.294), perpassando o ensino secundário

¹ Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

e técnico para obtenção de resultados exitosos. O ensino superior era destinado a preparar os futuros dirigentes da nação.

Entre as ações e intenções no governo militar, estavam “a função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino” (SAVIANI, 2008, p.295), entendo aqui como primário e secundário; o ensino médio prioritariamente profissionalizante, atendendo a demanda de um mercado industrial em crescimento culmina na prática autoritária de um governo ditatorial. Em relação ao ensino superior, importa citar as licenciaturas curtas, oferecidas nesse período, com intuito de preparar professores rapidamente para a prática docente desejada pelo governo. Cabe destacar os programas de alfabetização em comunidades locais, qualificando operários e demais trabalhadores para esse mercado centrado no acúmulo de capitais e no crescimento da indústria.

No estado de Santa Catarina, o desenvolvimento econômico e a educação foram pensados a partir da criação do Conselho Estadual de Educação em 1961, das Leis do Sistema Estadual de Ensino (Lei 3.191, de 8 de maio de 1963 e Lei 4.394, de 20 de novembro de 1969), do Plano Estadual de Educação (1969) da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC - 1965), e da realização de reformas no aparelho estatal e nos diferentes níveis e modalidades do sistema escolar (AGUIAR, 2008). A formação desses aparatos educacionais configura estratégia política que coaduna com os interesses econômicos do Estado, sendo os exames de admissão ao ginásio, também fruto dessas estratégias, ainda que criados antes desse período. Ao pensar na forma selecionadora e binária no que tange as classes sociais que realizavam a prova.

A síntese ora apresentada vem ao encontro das memórias narradas pelas entrevistadas desta pesquisa. O período abordado por estas se dá nos anos de 1950 e seguintes, em função das idades dos sujeitos da pesquisa. Dessa maneira, as reflexões da próxima seção coadunam a historiografia pertinente com as memórias e documentos de cunho pessoal das próprias entrevistadas.

CARACTERÍSTICAS DA LEGISLAÇÃO DO ENSINO: MEMÓRIAS E DOCUMENTOS

Na secção que segue, analiso as memórias das entrevistadas que coadunam com características das leis citadas na sessão anterior, bem como as mudanças políticas ocorridas nos períodos. Para denotar a análise, elaborei quadros que especificam a característica da lei e a quantidade que foi citada nas narrativas dos sujeitos da pesquisa. O primeiro quadro dá a ver o Sistema Nacional de Inspeção.

Quadro 1 - Inspetoria

CARACTERÍSTICA DA LEI	SUJEITO DA PESQUISA
Inspetoria	Rosi Maria Bini ²
	Marlene Bianchetti ³

Fonte: elaboração própria, 2018.

As várias características que compuseram as leis, reformas explicitadas na sessão anterior, são rememoradas aqui pelas entrevistas e expressam a aplicação da lei no cotidiano do ensino secundário. A lei Francisco Campos determinava, um sistema nacional de inspeção que era realizado por uma rede de inspetores regionais. Detalhe lembrado pela professora Rosi Maria Bini, quando perguntada sobre suas lembranças a respeito do dia da prova do exame de admissão:

E o homem lá me deixou com medo dele, nem sei quem ele era. Eu não sei, sinceramente... Eu acho que não nesse rigor todo, mas pro aluno se sentir valorizado, que ele vai pra algo maior, que tem uma responsabilidade. Não que não seja uma avaliação por nota, porque os professores tinham que guardar até a prova escrita, porque depois os inspetores passavam pra pegar e ver. Todo um controle. (BINI, 2016)

A inspetoria no exame causava certo desconforto aos estudantes, conforme relata a professora Marlene Bianchetti:

Ah, no exame de admissão, meu Deus do céu! Tinha inspetora, que ficava, assim, ao redor, né... E a gente não podia nem olhar pro lado. Mas eu ainda

² Rosi Maria Bini, moradora da cidade de Rio do Sul – SC, 68 anos (na data da entrevista). Professora aposentada.

³ Marlene Bianchetti, moradora da cidade de Pouso Redondo – SC, 64 anos (na data da entrevista). Professora aposentada.

consegui ajudar um uma moça e ela passou. Daí quando ela foi estudar em Blumenau, um dia ela encontrou a mãe e daí ela agradeceu – eu estava estudando em Braço do Norte – daí ela agradeceu a mãe por eu ter ajudado ela... (BIANCHETTI, 2016).

A inspeção citada pelas professoras fazia parte de um conjunto de inspeção com diversas funções, sendo uma delas, o acompanhamento das avaliações realizadas para o exame de admissão. A lei também equiparou todos os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II, sob inspeção federal e deu a mesma oportunidade às escolas particulares que se organizassem, de acordo com o decreto, e se subordinasse à mesma inspeção.

O serviço de inspeção era subordinado ao Departamento Nacional de Ensino. Os inspetores eram concursados e percorriam as escolas do país a fim de fiscalizar atividades realizadas nas escolas, resolver problemas, acompanhar a realização das provas parciais e finais, assistir aulas e enviar mensalmente relatórios, que eram tratados como se fossem processos em segredo de justiça, tal era a confidencialidade de tais documentos. Havia a necessidade de controle do Estado sobre a escola e seu funcionamento.

As memórias da professora Juraci remontam a exaltação ao conhecimento nos moldes que refletiam as intenções das elites intelectuais no Brasil a partir da Reforma Gustavo Capanema. A necessidade de mão-de-obra especializada para o trabalho, sem a participação universitária. O tecnicismo para suprimento do mercado, nesse caso a formação docente, em especial para as escolas do interior.

Essas características acompanharam o pensamento de muitos governos acerca da forma de se educar os jovens e crianças no Brasil. As marcas do governo militar são evidentes, devido ao período em que os sujeitos da pesquisa viveram seu percurso escolar, anos 1960 e 1970. O quadro abaixo identifica as memórias do período.

Quadro 2 – Características do período militar no Brasil

CARACTERÍSTICA DA LEI	SUJEITO DA PESQUISA
Características do período militar no Brasil	Juraci Machado Sell
	Klenir Rambo ⁴

Fonte: elaboração própria, 2018.

⁴ Klenir Rambo, moradora da cidade de Rio do Sul – SC, 60 anos (na data da entrevista), professora aposentada.

Característica que coaduna também, com a legislação educacional militar vigente, haja vista que o documento data de 1972.

O cotidiano das escolas era norteador por rígidas regras, no intuito de manter o espaço organizado e os estudantes sob controle. Toda essa austeridade causava certo temor aos estudantes que viam na figura do professor uma autoridade incontestável. Constatando disciplinas como Organização Social e Política do Brasil (OSP) quando volto a observar o boletim mensal de Nirta Henrischein Schreiber. Identifico que é um documento de 1972, auge da ditadura militar no Brasil.

A entrevista da professora Juraci Machado Sell destaca os moldes educacionais no período da ditadura militar brasileira:

Estudava-se bastante, como até hoje, a história antiga – primeiras civilizações, de onde surgiu, gregos, romanos, os egípcios... Bastante isso aí. Mas depois, assim, história... Vamos dizer assim dos nossos governantes, de política assim não era muita não. Porque daí eu estava lá fazendo isso em 64, era época da ditadura militar, ensinava-se aquilo que eles mandavam ensinar, não era bem o que a gente queria aprender. Não era muita coisa de história. As irmãs, assim, elas... Tinham algumas que puxavam assim só pra religião, mas tinha umas que tinham umas ideias mais abertas, assim, que foi onde eu comecei a despertar – eu digo “isso aqui não é a minha”. Porque era muito rígido e assim, tu nunca podia fazer o que tu quisesse. Tinha que, por exemplo assim: batia o sinal, todo mundo pra aula; batia o sinal, todo mundo pro refeitório, todo mundo pra sala de estudos... Assim, sabe? A hora do recreio era hora de recreio, a hora de refeitório era... Tudo muito no sinal. Eu digo: “não vai dar certo isso aqui”. E as freiras não quiseram, disseram assim: “Você não tem vocação pra ser religiosa, nós vamos te tirar daqui” – porque eu estava lá em Minas, elas não podiam simplesmente me mandar embora. Elas me passaram pro lado das internas, eram filhas de fazendeiros que estudavam lá. (SELL, 2016).

Portanto, observo na narrativa da entrevistada a ordem estabelecida nas instituições de ensino. A rigidez de horários e a própria exclusão de possíveis transgressores, ainda assim, as transgressões ocorriam. As diretrizes educacionais implantadas no regime militar brasileiro permaneciam de acordo com os desejos da classe dominante do país. Juraci também destaca as professoras (freiras) que desejavam ensinar além do currículo, incentivando estudantes a ir além dos muros da escola. Além disso, dá a entender que o internato restringia-se as filhas dos fazendeiros.

Também a rigidez do regime ditatorial e privilégios são destacados na entrevista com a professora Klenir:

Eu sei que a gente estudava muito, né. Era cobrado, era na época da ditadura. Até pra eu entrar, né, o Exame de Admissão. Passavam normalmente os filhos de coronéis. Porque não tinha escola – ginásio municipal, então era estadual. Porque na minha cidade também não tinha escola particular, era só uma de padre (RAMBO, 2017).

Os reflexos percebidos em 1964 não são apenas legado da política Vargas e seu ministro Gustavo Capanema. Durante a implantação do regime militar brasileiro, o Brasil passa por uma gestão tecnocrata, modelo que reverbera o surgimento de reformas educacionais, em especial no nível médio e superior, no entanto o ensino secundário é afetado e, por sua vez, legitima o teor profissionalizante de seu perfil. Modelo esse que perpassa pelos anos JK (1956 – 1960), com sua política desenvolvimentista que visava consubstanciar o processo de industrialização no Brasil.

Assim, durante o governo militar, além de assegurar a dominação político-econômica, no intuito de manter o acúmulo do capital, a educação se fez legitimadora nesse processo de submissão e fornecimento de mão-de-obra para assegurar a ausência de tensões ou conflitos no mercado de trabalho (SAVIANI, 2008).

Nesse sentido, observo que o tempo não é linear, o vai e vem das situações causadas em determinados períodos, refletido em outros, comprovam essa anacronia. As sociedades provam dessa temporalidade, vivenciam-na cotidianamente. Estudantes da atualidade preparam-se para diversas seleções e avaliações. São vestibulares, ENEM, concursos públicos. No período em que crianças precisavam ser avaliadas e selecionadas para prosseguir seus estudos muito jovens, essa preparação também acontecia. O quadro abaixo revela as memórias acerca da preparação e realização para os exames de admissão ao ginásio.

Quadro 3 – Exame de Admissão ao ginásio

CARACTERÍSTICA DA LEI	SUJEITO DA PESQUISA
Exame de admissão ao ginásio	Elvira Andreatta
	Nirta Henrischein Schreiber
	Arli Maria Bauer
	Rosi Maria Bini
	Terezinha Lorenzi Tomio

Fonte: elaboração própria, 2018.

E no vai vem das narrativas, escolas e formas como o ensino se apresentava, a professora Elvira conta seu desejo de prosseguir estudando, preparando-se para o exame:

E a gente não acompanhava diretamente esse livro Programa de Admissão porque era um curso; eles tinham a sua grade que eles tinham que passar pra gente nesse tempo ali. Mas daí, quando chegou no final daquele ano, primeiro ano do complementar, eu percebi que eu não queria fazer isso aí, eu queria continuar estudando mais, porque dali já saía preparado pra ser um professor de escola isolada, com esse complementar. Mas aí eu comecei a estudar em Rio do Sul. Conversei com meus pais, minha mãe e daí eu saí no final do primeiro ano, não fiz o segundo. Aí quando vim pra Rio do Sul, aqui no Paulo Zimmermann, as minhas colegas – que daí foram as minhas colegas que passaram a estudar comigo – elas tinham feito um ano adicional, que se chamava o quinto ano, que era um ano assim de reforço de todo o primário. Se reforçava tudo que a gente tinha aprendido no primário e muito mais (ANDREATTA, 2016).

Ela prossegue, relatando sobre o exame de admissão ao ginásio e o material utilizado para se preparar para a prova:

E daí a gente tinha que prestar um exame e esse exame era chamado “o Exame de Admissão” que era pra ser admitido na primeira série do ginásio. Isso do ginásio estadual. Mas eu acredito que até nos colégios particulares tinha também isso. Eu não tenho agora certeza, mas no Paulo Zimmermann foi feito esse Exame de Admissão. Aí durante aquelas férias eu estudei esse livro que você tem a capa aqui, que é o “Programa de Admissão” (ANDREATTA, 2016).

Elvira segue e destaca o conteúdo do livro e a apropriação de conhecimento obtida a partir deste:

Esse livro tem um conteúdo [...] se você olhar o conteúdo desse livro, quem sabe tudo que tem nesse livro em matemática e português, na época – claro que as coisas mudaram, né, a gramática e tudo – mas era assim [...] podia se contar que sabia muita coisa mesmo. E daí eu estudei o livro sozinha, durante as férias. Eu ficava estudando durante o dia; até eu lembro que às vezes à noite eu me sentava na rua – nós morávamos no sítio – eu me sentava lá e com a luz da lua eu conseguia ler esse livro. Eu lia o livro e marcava página por página que estava lendo. A matemática era tudo que já tinha aprendido lá com a professora, então pra mim foi fácil. Fazia os exercícios pra ver se conseguia e quando prestei o Exame de Admissão elas até se admiraram. Então assim, não é uma coisa que quero me, né... Mas é assim, as professoras perguntaram de onde que eu tinha vindo, pela prova que eu fiz. Porque eu havia estudado isso aqui, mas graças ao ano que eu tinha feito lá no colégio de Trombudo Central, tinha aprendido muito (ANDREATTA, 2016).

A pesquisadora Cristiani Bereta da Silva (2015) publicou um artigo intitulado *Narrativas digitais sobre os exames de admissão ao ginásio: egodocumentos e cultura*

escrita na história do tempo presente, no qual trata de narrativas digitais escritas em primeira pessoa, encontradas em blogs e sites a respeito dos exames de admissão ao ginásio. Os escritores dos blogs e sites rememoram seus tempos de ginásio, bem como a preparação para a seleção a partir do livro citado por Dona Elvira. No Blog *Amigos de Delmiro Golvea*, o professor Paulo da Cruz escreve que o livro “Tinha capa dura, amarela e era dividido em quatro partes: português, matemática, geografia e história”. Ele também se refere a dificuldade em conseguir o livro, pois “Como livro era coisa rara, e era necessário para acompanhar o curso, o aluno utilizava o expediente de comprar o que já tinha passado”, relata o professor destacando características físicas do livro e as disciplinas que constavam para estudo (SILVA, 2015, p. 22).

Esse mesmo livro é citado na narrativa da professora Marlene Bianchetti, moradora da cidade de Pouso Redondo. Ela enfatiza a importância que este material teve no seu percurso escolar, bem como a quantidade de conteúdos cobrados.

Mas o livro nosso era um livro grosso. É um livro bom. Se estudasse aquele livro todo, Meu Deus! Acho que hoje seria como o ginásio. Porque dentro do livro tinha história, geografia, tudo. Aí tinha mapa do Brasil, mapa do mundo inteiro acho que tinha ali. Nós estudávamos não só o Brasil, as capitais, não era só isso, estudava a América do Sul, até fora do Brasil estudava. Tinha que decorar os estados e as capitais, dizer tudo de cor. Daí depois eu entrei na aula em Pouso Redondo, quando começou o quinto ano **(que era o ano de preparação para o exame de admissão)** em Pouso Redondo, no Centro lá. Aí eu estudei seis meses em Pouso Redondo. Era a Irmã Adélia Nardelli. (BIANCHETTI, 2015)

Em concomitância com a narrativa da professora Marlene, outro fragmento de narrativas em blogs identificado no artigo de Cristiani Bereta daSilva (2015) se refere aos comentários postados Graça Cantalino, em 04 de setembro de 2012 no texto de Márcio Lima “Uma lembrança deliciosa do meu livro, lido e relido, passado de mão em mão, como devem ser os livros úteis. Lembro que um colega da minha turma naquela época decorou todos os textos, é sério...”, reiterando a importância do material e a necessidade de estudar tanto a ponto de corar os textos para ser aprovado no exame (SILVA, 2015, p. 22).

Professora Nirta rememora também o livro que estudou para se preparar para o exame, identificando nas capas mostradas o que havia utilizado. Ela destaca as disciplinas e fala do nível de dificuldade da prova, comparando-a com um vestibular:

Era um livro que daí a gente, além do ensino normal, a gente estudava nesse livro pra se preparar melhor, porque era praticamente um vestibular. Pena que eu realmente acabei emprestando depois pra outras pessoas e não tenho mais. Edição revisada... É, um desses dois aqui. Mas era bem assim. Tinha matemática, língua portuguesa, história, geografia, acho até que era conhecimentos gerais que se dizia, que daí entrava história, geografia... Acho que só ciências era separado (SHREIBER, 2017).

E mais uma vez o livro é destacado, agora pela professora Arli, que também lembra as disciplinas que constavam nos manuais e o período de um ano que ficou estudando nesse material para ser aprovada no exame de admissão e poder frequentar o primeiro ano ginásial.

Assim, o que me vem na memória é aquele livro grosso... Porque a gente quase estudou, assim, um ano... Foi esse quinto ano, era baseado em cima desse livro que tinha português, matemática, ciência... Então foi um ano pra gente estudar pra gente ficar apta pra ir pro... Como é? O primeiro ano do Ginásio, o Ginásio Normal (BAUER, 2017).

E as memórias seguem aflorando acerca dos conteúdos estudados para a prova:

Os conteúdos de história... Foi sobre descobrimento do Brasil, sobre Dom Pedro, sobre o dia do fisco... Geografia, meu Deus do céu! Todas as capitais do país! Deus o livre, eu tinha que passar! Eu estudei tanto, tanto aquela geografia e as capitais e, muito depois do exame, numa noite, eu saí da cama dizendo as capitais e não esqueci até hoje, dormindo. Sentei embaixo da mesa da cozinha e a mãe atrás de mim: “O que é, menina? O que é?”, aí eu acordei e estava dizendo: “Pará, capital: Belém. Maranhão, capital: São Luís. Ceará, capital: Fortaleza” (BINI, 2017).

O desejo da aprovação no exame é destacado pela narrativa da professora Rosi. Orgulhosa pela possibilidade de passar pelo processo, ela relata suas memórias:

A gente tinha uma vontade louca de passar, né. Sabia que tinha que passar, porque se não passasse ficava naquele quinto ano mais uma vez. Por isso eu disse que ele me traz lembranças boas de que nós estávamos nos preparando pra esse exame e nos sentíamos assim: “Nossa, aqui nós somos alguém!”, como se fizesse um cursinho pré-vestibular. Quando nós íamos entrar no Ginásio, parecia quando eu entrei na faculdade; a apreensão, a vontade, pelo menos pra mim era a mesma. Só que na época, se não fossem as professoras dizerem “Não, eu não admito isso por causa de um décimo”, é marcante. Daí marcou muito, foi na prova oral e eu fiquei assustada, porque eram todos professores que a gente não conhecia. Porque se fosse a nossa professora que fosse fazer... Mas não, era um homem. Aí ele falou meio grosso e eu fiquei meio assustada (BINI, 2017).

A memorização, de acordo com Paul Ricouer (2007), consiste na temporalidade final, ou seja, são maneiras de aprender que encerram saberes, de forma a disponibilizá-

los de maneira espontânea. Portanto, entendo o sonho sobre as capitais brasileiras da professora Rosi, a partir do conceito de memorização destacado pelo autor. A facilidade na apreensão dos estados e suas capitais, depois de tanto estudo, tornou esse saber disponível a qualquer tempo.

Professora Terezinha também discorre sobre os conteúdos estudados para a prova:

Foi uma revisão assim totalmente em cima do que a gente aprendeu de primeira à quarta série – das quatro operações, de português, de matemática, história, geografia – ali eles revisaram principalmente português e matemática. Foi o que mais eles revisaram, mas também não tinha livro. Também, naquela época, nem se tinha livro. Se comprava um livro pra... Depois no ginásio comprava um pra cada disciplina (TOMIO, 2016).

A revisão a que Terezinha se refere é citada no livro de crônicas do Colégio Dom Bosco. Além da preparação individual e do quinto ano de curso preparatório, havia escolas (particulares) que faziam espécies de aulões, no estilo pré-vestibular.

Figura 1 - Agenda acerca dos exames de admissão ao ginásio - 1962⁵

OS EXAMES DE ADMISSÃO AO GINÁSIO terão início dia 1º de dezembro às 8 horas. Para aqueles meninos que ficam reprovados neste exame haverá UM CURSO DE FERIAS desde o dia 8 de Janeiro às 8 horas.

OS EXAMES DE SEGUNDA ÉPOCA DE ADMISSÃO AO GINÁSIO serão realizados no dia 6 de fevereiro às 8 horas. Nestes exames poderão tomar parte aqueles meninos que ainda não fizeram o exame em dezembro como também aqueles que não conseguiram passar nos exames do fim do ano. Deve com o tempo vencer o parecer, seguido também em outros estados da União, que a melhor preparação para o exame de admissão é fazer o 5º. ano ou o curso de admissão que funciona também em nosso Colégio.

OS ALUNOS DO GINÁSIO E CIENTIFICO COM DIREITO AOS EXAMES DE 2a. ÉPOCA. isto é, os que foram reprovados nos exames finais deste ano, terão as suas provas no dia 8 de fevereiro às 8 horas

UMA IMPORTANTE INOVAÇÃO EM 1962, sem dúvida de enorme vantagem para os nossos alunos dos cursos ginásial e científico, será o funcionamento das aulas na parte da tarde. Terão assim toda a manhã livre para a preparação das lições.

O ANO ESCOLAR DE 1962 começa para os alunos externos no dia 1º de março. Os alunos internos entrarão no Colégio no dia 7 de março.

A MATRÍCULA PARA OS ALUNOS DO CURSO PRIMÁRIO (veja a circular à parte) será do dia 7 e 8 de fevereiro para os antigos, e de 9 e 10 de fevereiro para os novos. O Curso Primário continua sendo gratuito

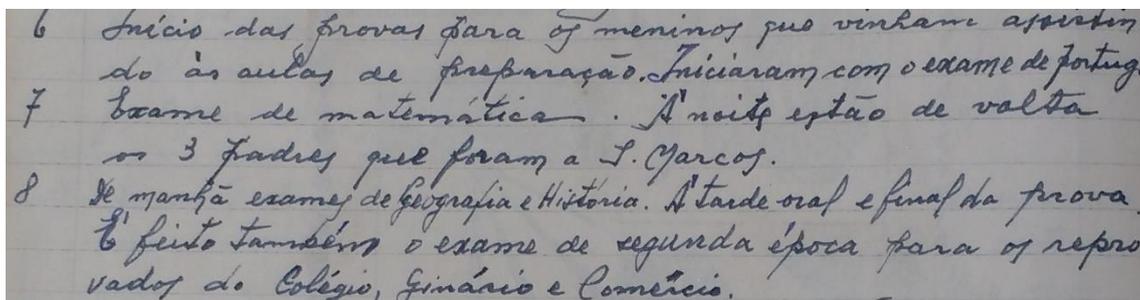
A MATRÍCULA DO CURSO GINÁSIAL E CIENTÍFICO será atendida de 20 a 28 de fevereiro. É de conveniência reservar sua matrícula até o dia 31 de janeiro.

Fonte: acervo de Colégio Dom Bosco – Rio do Sul – SC.

O segundo documento da mesma escola, descreve o cotidiano da aplicação das provas em 1962. É uma espécie de agenda com horários, disciplinas e métodos de aplicação das avaliações seletivas.

⁵ O recorte pertence ao mesmo livro de crônicas do Colégio Dom Bosco da cidade de Rio do Sul.

Figura 2 - Cotidiano da aplicação das provas em 1962⁶



Fonte: acervo de Colégio Dom Bosco – Rio do Sul – SC.

A narrativa constitui-se do passado transformado em presente, ou seja, um modo próprio de explicação histórica, configurando-se num tipo de racionalidade da constituição histórica de sentido. Esta pode efetuar-se na forma de procedimentos inconscientes, perpassando a comunicação do cotidiano, apresentando-se em fragmentos de memória, fazendo sentido apenas no ato de narrar. Existe uma ligação intrínseca entre o ambiente de memória e a narrativa histórica (RÜSEN, 2001).

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Letícia Carneiro A POLÍTICA EDUCACIONAL CATARINENSE DA DÉCADA DE 1960: EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E TEORIA DO CAPITAL HUMANO. *Revista HISTEDBR* On-line, Campinas, n.30, p.228-247, jun.2008 - ISSN: 1676-2584

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. *Educação*, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

⁶ O recorte pertence ao mesmo livro de crônicas do Colégio Dom Bosco da cidade de Rio do Sul. Segue a transcrição do documento: “6 - Início das aulas para os meninos que vinham assistindo às aulas de preparação. Iniciaram com exame de português. 7 – Exame de matemática. A noite estão de volta os 3 padres que foram a S. Marcos. 8 – De manhã exames de Geografia e História. À tarde oral e final da prova. É feito também o exame de segunda época para os reprovados do Colégio, Ginásio e Comércio

OTTO, Clarícia. **Das nacionalidades ao nacionalismo: a disciplina História na política educacional (SC, 1930 e 1940)**. In. SILVA, Cristiani Bereta da. Educar para a nação: cultura política, nacionalização e ensino de história nas décadas de 1930 e 1940. Curitiba, PR: CRV, 2014. p. 93-110.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas/SP: Unicamp, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SAVIANI Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

SILVA, Cristiani Bereta da. Narrativas digitais sobre os exames de admissão ao ginásio: ego-documentos e cultura escrita na história do tempo presente. Tempo e Argumento, v. 7, p. 5-41, 2015.